



REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2173
CII/AB-811
11 março 2002
Original: espanhol

DISCURSO DO GOVERNADOR PELA ARGENTINA
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

Jorge Luis Remes Lenicov

1. É uma grande honra dirigir-me a esta Assembléia e apresentar meus cumprimentos a todos os Senhores Governadores, autoridades e participantes. Ao iniciar essas palavras, quero apresentar meu especial agradecimento ao Governo do Brasil, a seu Presidente e a seu querido povo. Para mim não é um fato secundário destacar que, nesta primeira participação em um foro multilateral na qualidade de Governador, as circunstâncias fizeram com que nossa reunião tivesse lugar na cidade de Fortaleza, no Brasil, país com o qual nos sentimos trabalhando para um futuro e um destino comuns.

2. Minha intenção hoje é partilhar com os senhores algumas reflexões iniciais cuja finalidade é transmitir-lhes o sentido da tarefa com que estamos comprometidos. Todos conhecem a crítica situação que atravessa nosso país e os fatos marcantes do desempenho da economia argentina. Algumas cifras são, no entanto, ilustrativas. Do ponto de vista da produção, após o encerramento de quase quatro anos de recessão o produto per capita acumulou uma queda de 16% e o investimento está aproximadamente 43% inferior. Em 2001, os depósitos do sistema financeiro reduziram-se em 22% em nove meses e as reservas internacionais caíram quase 50%. No ano passado as contas do governo nacional produziram um déficit de US\$ 13.900 milhões e o conjunto de províncias teve um desequilíbrio de US\$ 5.000 milhões. Por outro lado, o panorama social é desolador: a Argentina tem hoje cerca de 4,5 milhões de pessoas com problema de emprego e 15 milhões de habitantes abaixo da linha da pobreza.

3. No começo de nossa gestão, iniciada há pouco mais de 60 dias, a produção achava-se quase paralisada, as finanças públicas exauridas e sem possibilidade de acesso a forma de crédito alguma. A confiança dos poupadores se havia evaporado. Em dezembro passado, a convertibilidade, que fora um instrumento válido para sair da hiperinflação e crescer enquanto se mantinha um contexto externo adequado, se encontrava debilitada em suas regras básicas. Para conter a saída de capitais, o governo anterior teve de recorrer a tremendas restrições à poupança e às transações bancárias: o chamado “corralito” financeiro. Assim, a efervescência e a inquietação sociais surgiram como corolário óbvio do descalabro; a Argentina assistiu à queda de dois presidentes no intervalo de poucos dias. Em síntese, de todos os ângulos – econômico, social e político – a situação resultante é inédita e põe à prova

a capacidade de nosso povo para reconstruir o presente e trabalhar por um futuro melhor num projeto comum.

4. Frente ao quadro de grave crise, o Governo propôs um curso de ação transcendente, acompanhado da respectiva decisão legislativa: recriar as condições para uma política monetária autônoma, seguida de um regime cambial flexível e uma política fiscal de austeridade extrema, proporcional à gravidade do momento. Enviamos ao Congresso um projeto de orçamento que prevê uma redução de 70% do déficit do ano. A única exceção são os gastos sociais, que concentrarão os recursos destinados aos subsídios aos desempregados, complementados por ajuda alimentícia e medicamentos. Por seu lado, o Banco Central, instituição autônoma adequada a suas funções mediante uma nova carta orgânica, zelará pelo cumprimento do programa monetário.

5. À luz da evolução econômica da Argentina nos dois últimos anos e das circunstâncias vividas nos meses recentes, o curso escolhido implica, sem dúvida alguma, um enorme desafio. No entanto, como eu já disse em várias oportunidades a meus concidadãos, o Governo não apela para fórmulas mágicas nem imagina soluções imediatas. Aspiramos construir regras claras e simples. O objetivo do programa é reconstruir instituições econômicas “normais”, percorrendo o caminho de outros países que tiveram êxito partindo de situações difíceis.

6. O acima exposto não implica desconhecer as dificuldades e o esforço coletivo que a tarefa pressupõe. Estamos conscientes da urgente necessidade de resolver os problemas que afetam o funcionamento do sistema financeiro. Com a prudência que o caso requer, visamos a uma regularização progressiva. Avançamos significativamente nesses dois meses. É urgente que trabalhem na reconstrução da confiança do público; somente se avançarmos nessa direção será possível restabelecer o ciclo de poupança e investimento, requisito essencial para normalizar a atividade produtiva e, por esse meio, gerar emprego. O programa do Governo procura também restaurar o clima de investimentos tanto interno como externos, para o qual pretendemos garantir princípios básicos de segurança jurídica e liberdade econômica. Já começamos a trabalhar com as empresas privadas prestadoras de serviços públicos para adequar seus parâmetros de desempenho às novas circunstâncias.

7. De maneira similar, e conscientes da necessidade de normalizar nossas finanças internacionais, logo iniciaremos a renegociação com os detentores da dívida pública. Como é sabido, estamos trabalhando intensamente com o Fundo Monetário a fim de chegar a um acordo o mais breve possível. É essencial reconstruir a confiança e, por conseguinte, são imprescindíveis a compreensão e o apoio internacionais em prazos que não podem tardar. Por outro lado, podemos destacar metas que já alcançamos. A recente aprovação do orçamento do atual exercício pelo Congresso da Nação é uma delas. Constam do acordo que assinamos com as províncias dias atrás elementos de importância vital, tanto por seu impacto fiscal como pela aplicação de regras mais eficazes de distribuição de recursos entre os diferentes níveis de governo. Também temos a convicção de que as medidas tomadas favorecerão o potencial exportador do país e sua inserção nos fluxos de comércio internacional. Nossa associação com o Mercosul começa a ter uma base realista e, desta forma, estaremos melhor equipados para enfrentar os processos de integração hemisférica e com outros blocos comerciais.

8. Tanto nossas aspirações como o trabalho exposto não se restringem somente à gestão do meu Ministério. Trata-se do programa de ação de um governo de convergência, cujo Presidente foi nomeado por uma Assembléia Legislativa para conduzir uma transição sujeito a três compromissos essenciais: a reconstrução do poder político e institucional da Nação; a garantia da paz social mediante o maior esforço que possamos envidar para erradicar a injustiça e a exclusão social que hoje afeta um número inaceitável de argentinos; e, finalmente, a reconstrução de um destino comum fundado na produção e no trabalho. Em síntese, concebemos nossa responsabilidade de governo como uma transição ativa, sem pausa, com a consciência dos compromissos assumidos, das dificuldades do momento, mas com a vontade de atender ao desafio de construir novas oportunidades.

9. Farei referência em seguida aos temas da Assembléia. Em primeiro lugar, desejo agradecer o trabalho da Comissão da Assembléia de Governadores e a eficácia de seu Presidente, nosso colega, o Governador pelo Chile. Como resultado desse trabalho, o Banco poderá pôr em prática um quadro financeiro para suas diferentes categorias de empréstimo. A utilidade dessa medida é evidente no caso da Argentina, porque pretendemos renovar o financiamento da linha de emergência contratada inicialmente em fins de 1998. Além disso, porém, a existência de diferentes modalidades de empréstimo permitirá melhor atender às necessidades dos mutuários e beneficiará a instituição como um todo. Também sabemos que é possível progredir mais na incorporação de novos instrumentos. Em síntese, procuramos aumentar oportunamente a capacidade de resposta.

10. Compreendemos igualmente que a tarefa não se limita aos instrumentos financeiros. A eficácia do financiamento deve ser medida por seus impactos no desenvolvimento. Estamos interessados numa perspectiva que enfatize os resultados. Vemos que há tarefas que competem aos países, mas que outras cabem ao Banco como instituição. Desse ângulo, cremos que uma gestão voltada para resultados exigirá uma adequação da organização e de seus recursos humanos tanto na sede como nas representações. Tudo isso sugere que a avaliação da eficácia das operações deve ser implementada com indicadores simples, insistindo nos custos da aplicação e procedendo às readaptações necessárias da organização.

11. Por motivo desta Assembléia recebemos o documentos sobre o futuro papel do BID, preparado, mediante solicitação do Presidente Iglesias, por um grupo assessor externo. Partilhamos os objetivos que o trabalho propõe para o futuro de nossa instituição porque coincidem com a estratégia institucional aprovada e com os mandatos do Oitavo Aumento Geral dos Recursos. Neste sentido, permito-me salientar que estamos prontos para trabalhar com os demais países membros do Banco a fim de expandir suas possibilidades de atuação. Enquanto várias propostas apresentadas no documento irão requerer extensa discussão, outras podem ser postas em prática em prazo não muito distante. A chave, neste sentido, parece ser a busca de consensos básicos acerca das opções de propostas.

12. Quanto ao guichê do setor privado, entendemos que estão presentes as condições para que a Diretoria e a Administração proponham as adequações necessárias para empreender a expansão, incluindo como tema essencial a gestão do risco próprio da atividade. Nessa nova tarefa, o Banco deverá levar em conta a administração eficiente da atual carteira; devemos assumir as tarefas de execução com eficácia igual ou maior do que a usada na etapa de identificação de projetos.

13. No que diz respeito à Corporação Interamericana de Investimentos, a Argentina entende a projeção futura da instituição como um instrumento apto para o financiamento das empresas de pequena e médio porte da região. Nesta Assembléia, nós nos unimos à vontade de outros países membros, de maneira a adequar o Convênio Constitutivo à canalização de financiamento também para as empresas de maioria acionária não-regional e para os investimentos indiretos de caráter semelhante. Se o que era percebido como obstáculo à ação da Corporação tiver existência real, as modificações adotadas deverão redundar num aumento da eficácia operacional. cremos, entretanto, que são necessários esforços adicionais: devemos explorar novos modelos de negócios que permitam multiplicar o impacto dos recursos financeiros e ao mesmo tempo, diminuam os custos de preparação das operações.

14. No que se refere ao Fumin, a Comissão de Contribuintes aprovou uma prorrogação do prazo de suas operações por três anos. Isso demonstra nossa confiança nesse tipo de iniciativa. O Fundo financiou na Argentina vários projetos bem-sucedidos e que jamais haviam sido concretizados por falta de instrumentos como o Fumin. Comprovamos com satisfação as avaliações de desempenho realizadas e destacamos a necessidade de identificar projetos capazes de permanecerem uma vez encerrado o apoio do Fundo.

15. Comprovamos que este ano foram concluídos os acordos dos países membros do Banco destinados à Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados, referente à redução da dívida. Com a aprovação da resolução respectiva, foi concluído um longo e laborioso processo para a busca e obtenção dos recursos. Reconhecemos a importância dessa Iniciativa. No entanto, a Argentina salientou em diversas ocasiões que soluções como esta exercem impactos negativos na carteira do Banco e que a instituição não está preparada para efetuar o tipo de transferência requerida. Esta advertência aplica-se ao passado, mas visa sobretudo prevenir eventuais ampliações dos mecanismos concessionais a categorias específicas de países. Instituições de caráter regional como a nossa podem ser um veículo apropriado dessas políticas, mas desde que, primeiramente, se resguardem os princípios de transparência na contribuição e destinação dos recursos e, em segundo lugar, se evitem subsídios cruzados entre países mutuários.

16. No decorrer deste último ano prestamos apoio e dispensamos especial atenção ao orçamento da instituição. Atribuímos prioridade a várias iniciativas do atual exercício, o que levou ao aumento dos recursos para atividades específicas. Esperamos, por conseguinte, resultados e retornos proporcionais ao investimento e um incentivo para a busca de maior eficácia de nossa organização. Analogamente, também continuamos atentos à estratégia de recursos humanos da instituição e seus diversos instrumentos de administração.

17. Antes de encerrar essas palavras, quero expressar um reconhecimento explícito pelo trabalho da Administração e do Presidente Iglesias. Não só percebo uma liderança atenta às circunstâncias que vive a região, mas também devo agradecer ao Presidente Iglesias a preocupação e o trabalho desenvolvido no decorrer desses tempos difíceis que a Argentina viveu.

18. Finalmente, desejo também transmitir a esta Assembléia a convicção e nosso compromisso com os objetivos e a ação da instituição. Superadas as atuais circunstâncias, a Argentina continuará a unir-se positivamente aos demais países no crescimento e na projeção

das ações do Banco, e deseja consolidar a instituição para o benefício da comunidade dos países membros.